



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA**

DANIELA PEREIRA DA SILVA

**DESAFIOS DOS DISCENTES DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFPA
NA REALIZAÇÃO DA EXTENSÃO CURRICULAR**

**Belém/PA
2025**

DANIELA PEREIRA DA SILVA

**DESAFIOS DOS DISCENTES DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFPA
NA REALIZAÇÃO DA EXTENSÃO CURRICULAR**

Trabalho de Conclusão de curso de Graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia a Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará

Orientadora: Dra. Ediane Maria Gheno

**Belém/PA
2025**

DESAFIOS DOS DISCENTES DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFPA NA REALIZAÇÃO DA EXTENSÃO CURRICULAR

Trabalho de Conclusão de curso de Graduação apresentado como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia a Faculdade de
Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal
do Pará

APROVADA EM ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Dra. Ediane Maria Gheno - Fabib/UFPA

Prof. Ma. Telma Socorro da Silva Sobrinho (FABIB/UFPA)

Dra. Francinéa de Nazaré Ferreira Castilho (UEPA)

A mim.

Ao meu eu criança, que sonhava
sozinha e sem apoio, com os olhos
curiosos e coração valente.

Que acreditava no impossível e
caminhava mesmo sem saber o
caminho.

Hoje, realizo o que um dia ela apenas
sonhou.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a mim mesma. Eu venci. Desde a infância venci as dificuldades, a fome e a desesperança. Eu venci. Venci as adversidades e, em nenhum momento, desisti. Cresci aprendendo a sobreviver quando tudo faltava, menos a vontade de vencer. Entrei na UFPA em 2020, enfrentei uma pandemia, aulas remotas, a tão temida volta às aulas presenciais e duas greves. Ainda assim, segui em frente.

Agradeço a mim por ter persistido quando tudo parecia ruir. Por ter acreditado em mim mesma quando poucos acreditavam, mesmo quando os que diziam me amar fizeram pouco caso do meu curso e, no fundo, até de mim. Por não ter deixado que o desânimo deles me definisse. Chegar aqui é a prova da minha força, da minha coragem e da minha resistência. E por tudo isso, hoje, olho para mim com orgulho e digo: eu consegui.

Em segundo lugar, agradeço ao meu marido, que nesses anos de curso me trouxe até aqui fisicamente ou com incentivo. O apoio dele vem de muito antes, lá do meu primeiro ENEM, quando eu ainda estava terminando o ensino médio, com uma garrafa de quase dois litros d'água e muitos sonhos. Obrigada, porcaria. Saiba que eu te amo.

Ao meu filho, que me ensinou o verdadeiro significado do amor e da responsabilidade. Você esteve comigo em todos os momentos, mesmo sem compreender o peso que eu carregava. Sua existência me deu forças nos dias mais difíceis.

Espero, do fundo do coração, ser um exemplo para você. Que, ao olhar para a minha história, você veja não apenas uma mãe cansada, mas uma mulher que lutou com tudo o que tinha para conquistar um sonho. Que isso te inspire a nunca desistir dos seus próprios caminhos.

Ao meu cachorro Pipoca, que infelizmente partiu após oito anos ao meu lado. Na pandemia, foi meu amigo fiel e meu escape para não enlouquecer. Eu sempre vou te amar.

Agradeço também à minha orientadora, professora Ediane, por ter sido mais do que uma guia acadêmica ao longo desta jornada. Sua paciência, atenção e sensibilidade fizeram toda a diferença nos momentos em que o cansaço quase me venceu. Obrigada por me ouvir, por acreditar na viabilidade

deste trabalho e por compreender que, por trás de cada linha escrita, havia uma mulher lutando para não desistir. Sua escuta generosa, suas orientações cuidadosas e o respeito com que conduziu cada encontro foram fundamentais para que este trabalho se tornasse realidade. Sou grata não apenas pelos conselhos técnicos, mas principalmente pela forma humana como me acompanhou nesse processo. Muito obrigada, professora.

À banca examinadora, meu sincero agradecimento por se disponibilizar a participar deste momento tão importante da minha vida acadêmica.

Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino.

(Boaventura de Sousa Santos)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

S586d Silva, Daniela Pereira da.
Desafios dos discentes do curso de Biblioteconomia da
UFPA na realização da extensão curricular / Daniela Pereira
da Silva. — 2025.
37 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Ediane Maria Gheno
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal
do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade
de Biblioteconomia, Belém, 2025.

1. Biblioteconomia. 2. Extensão universitária. 3.
Currículo acadêmico. 4. Desafios na formação
universitária. 5. UFPA. I. Título.

CDD 020

DESAFIOS DOS DISCENTES DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DA UFPA NA REALIZAÇÃO DA EXTENSÃO CURRICULAR

Daniela Pereira da Silva

Resumo: Este trabalho analisa os desafios enfrentados pelos discentes do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (UFPA) na realização das 300 horas de extensão curricular obrigatória. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza básica, com abordagem quantitativa e qualitativa, realizada por meio de questionário eletrônico aplicado a 485 estudantes matriculados no período letivo de 2024.4, com uma adesão de 36,7% (178 participantes). A coleta de dados seguiu procedimentos éticos, garantindo anonimato, confidencialidade e consentimento formal dos participantes. Os dados quantitativos foram analisados com estatísticas descritivas, enquanto os qualitativos, oriundos de respostas abertas, foram submetidos à Análise de Conteúdo, possibilitando identificar categorias e sentidos atribuídos pelos discentes às suas experiências. Os resultados indicam que a maioria enfrenta dificuldades relacionadas à gestão do tempo, incompatibilidade de horários e conciliação das atividades de extensão com demandas pessoais, acadêmicas e familiares. O estudo apresenta estratégias que podem auxiliar tanto os discentes quanto a gestão da faculdade a facilitar o cumprimento da exigência curricular, respeitando as diferentes realidades vivenciadas. A pesquisa contribui para compreender os desafios que envolvem a extensão universitária, sugere caminhos para sua melhoria no contexto da Biblioteconomia da UFPA e abre espaço para novos estudos que considerem diferentes perspectivas institucionais e acadêmicas.

Palavras-chave: Extensão curricular; Biblioteconomia; Desafios; UFPA.

ABSTRACT: This study analyzes the challenges faced by students in the Library Science program at the Federal University of Pará (UFPA) in completing the 300 hours of mandatory curricular extension. This is an exploratory study of a basic nature, with a quantitative and qualitative approach, conducted through an electronic questionnaire applied to 485 students enrolled in the 2024.4 academic period, with a participation rate of 36.7% (178 participants). Data collection followed ethical procedures, ensuring anonymity, confidentiality, and formal consent from participants. Quantitative data were analyzed using descriptive statistics, while qualitative data, derived from open-ended responses, were subjected to content analysis, making it possible to identify categories and meanings attributed by students to their experiences. The results indicate that most face difficulties related to time management, schedule incompatibility, and reconciling extension activities with personal, academic, and family demands. The study presents strategies that can help both students and college management to facilitate compliance with curricular requirements, respecting the different realities experienced. The research contributes to understanding the challenges involved in university extension, suggests ways to improve it in the context of UFPA's Library Science program, and opens space for new studies that consider different institutional perspectives.

Keywords: Curricular extension; Library science; Challenges; UFPA.

1 INTRODUÇÃO

A curricularização da extensão universitária foi estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Brasil, 2018), em seu Art. 4º, que determina que, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação seja destinada a programas e projetos de extensão. Essa diretriz tem como propósito fortalecer a interação entre universidade e sociedade, promovendo uma formação acadêmica mais sensível às demandas sociais e contribuindo para o desenvolvimento de competências práticas, críticas e cidadãs.

No âmbito da Universidade Federal do Pará, a Resolução nº 5.467, de 27 de janeiro de 2022, regulamenta a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação, estabelecendo a obrigatoriedade de integralização mínima de 10% da carga horária em atividades extensionistas. Essa normativa institucionaliza a curricularização da extensão na UFPA, em consonância com as diretrizes nacionais previstas pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, reforçando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (UFPA, 2022).

Em razão do reconhecimento da importância da extensão universitária na formação dos estudantes, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001–2010 (Brasil, 2001) já apresentava diretrizes voltadas à valorização das atividades extensionistas no ensino superior. No entanto, foi com o PNE 2014–2024 (Brasil, 2014) que essa diretriz se consolidou de forma mais objetiva, ao prever a integralização mínima de 10% da carga horária dos cursos de graduação em atividades de extensão, com os devidos registros e creditações curriculares.

No referido documento consta na Meta 12, Estratégia 12.7, e tem como finalidade garantir que os estudantes vivenciem experiências práticas conectadas com as realidades sociais, culturais, econômicas e ambientais do país. Ao inserir a extensão como componente curricular obrigatório, o PNE (Brasil, 2014) reforça a concepção da educação superior como espaço não apenas de formação técnica, mas também de formação ética, cidadã e socialmente comprometida.

A determinação da carga horária mínima busca assegurar que a extensão não seja uma atividade periférica ou optativa nos currículos, mas sim integrada aos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de forma planejada, estruturada e

com acompanhamento acadêmico. Essa diretriz nacional se alinha com a Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Conselho Nacional de Educação-CNE, 2018), além de reforçar a necessidade de que as instituições de ensino superior implementem modalidades como programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços.

Segundo o Art. 8º (CNE, 2018), as atividades extensionistas, conforme caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades: I – programas; II – projetos; III – cursos e oficinas; IV – eventos; V – prestação de serviços.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) também estabelece que a promoção da extensão é uma das finalidades da educação superior, devendo ser “aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Já o Art. 207 da Constituição Federal (Brasil, 1988) garante que as universidades devem assegurar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como alerta a Revista Extensão & Sociedade (2020, p. 22), “sem atividades consistentes por parte da comunidade acadêmica em relação à extensão, infelizmente a indissociabilidade permanecerá apenas na letra da lei”.

A extensão curricular busca aproximar a universidade da sociedade e promover uma formação acadêmica mais voltada às demandas sociais. Lamers *et al.* (2017) acreditam que a evasão no ensino superior pode estar relacionada à dificuldade dos alunos em conciliar estudo e trabalho, à capacidade do docente ou da instituição de oferecer atividades dinâmicas que se conectem com a realidade do estudante, à organização para cumprir tarefas e prazos, e à habilidade de reconhecer e lidar com sucessos e fracassos no processo de aprendizagem.

“A falta de recursos é um indicativo de crise nas universidades” (Buarque, 1994). A falta de autonomia e o fato de precisar que tudo passe pela aprovação do governo antes de ser posto em prática, dificulta desde as manutenções prediais e até as ofertas de programas de fomento e de financiamento das atividades de extensão.

Nesse contexto, questionou-se quais são os principais desafios enfrentados pelos discentes do curso de Biblioteconomia da UFPA para cumprir as 300 horas de extensão universitária e como essas dificuldades impactam sua formação acadêmica e profissional? Dessa forma, este trabalho propõe analisar os principais desafios enfrentados pelos discentes da Faculdade de Biblioteconomia da UFPA na realização das 300 horas de extensão curricular. Nesse sentido, os objetivos que nortearam este estudo foram: a) identificar o número de discentes que realizaram as atividades de extensão; b) mapear as bibliotecas ou unidades de informação na realização das atividades de extensão; e c) analisar as causas sociais, acadêmicas e estruturais que dificultaram ou dificultam o cumprimento das 300 horas de extensão; d) Apresentar alternativas aos discentes e a gestão da faculdade para facilitar o cumprimento dessa exigência acadêmica, considerando as necessidades e a realidade dos discentes.

A pesquisa sobre os desafios enfrentados pelos discentes da UFPA para cumprir as 300 horas de atividades de extensão se justifica tanto no âmbito social quanto acadêmico. Em primeiro lugar, no cenário profissional e institucional, a obrigatoriedade de atividades de extensão é um componente essencial para a formação integral do aluno. No entanto, a realidade vivida pelos discentes, especialmente nas universidades públicas, aponta para uma série de dificuldades que, se não forem abordadas, podem comprometer a qualidade dessa formação. Compreender essas barreiras é essencial para criar soluções que não apenas favoreçam o cumprimento dessa exigência, mas que também melhorem a experiência acadêmica e profissional dos discentes, contribuindo para um aprendizado mais efetivo e para o desenvolvimento de habilidades importantes para sua atuação no mercado de trabalho. Ademais, a investigação pode contribuir com a gestão do curso, permitindo uma escuta mais qualificada das necessidades dos discentes e subsidiando propostas que ampliem a participação e o engajamento nas atividades extensionistas.

No aspecto social, muitos estudantes enfrentam vulnerabilidades econômicas e familiares que tornam o cumprimento das 300 horas de extensão uma tarefa desafiadora. A falta de recursos financeiros, as responsabilidades

familiares e a necessidade de trabalhar para se manter na universidade limitam o tempo e a energia para se dedicar às atividades de extensão.

A partir disso, é possível identificar que, ao analisar os desafios enfrentados por esses estudantes, a pesquisa se torna uma ferramenta fundamental para levantar alternativas que atendam às necessidades específicas de cada aluno, promovendo maior acessibilidade e oportunidades de participação.

Além disso, a pesquisa tem relevância científica, pois contribui para o entendimento do impacto das atividades de extensão na formação acadêmica e profissional dos discentes, além de identificar possíveis lacunas nas políticas institucionais e acadêmicas que possam estar dificultando o cumprimento dessas exigências. Ao aprofundar a análise desses aspectos, será possível desenvolver propostas que não apenas melhorem o processo de cumprimento das horas, mas também aprimorem o impacto educacional das atividades de extensão no contexto da Biblioteconomia.

Embora a problemática não seja exclusiva desta área, investigar a realidade dos discentes da Biblioteconomia permite compreender melhor como fatores sociais, acadêmicos e estruturais influenciam no cumprimento das 300 horas de extensão (carga horária prevista na FABIB), considerando o cenário específico da instituição, do curso e do perfil dos estudantes. A escolha desse recorte também favorece a proposição de soluções mais adaptadas à realidade local, embora possa ter relevância para outros cursos que enfrentam situações semelhantes.

Essa pesquisa se justifica também em função da necessidade de alinhar as práticas acadêmicas com as realidades dos estudantes, promovendo um ensino superior mais inclusivo e adaptado às demandas sociais, acadêmicas e profissionais.

A partir dessa análise, pretende-se contribuir para o debate sobre a extensão universitária como um espaço de formação crítica, inclusiva e transformadora, reafirmando seu papel essencial na construção de uma universidade socialmente comprometida.

2 FUNDAMENTOS E A HISTÓRIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A extensão universitária é compreendida como um dos pilares que sustentam o ensino superior, ao lado do ensino e da pesquisa. Ela representa o compromisso social da universidade, articulando o conhecimento acadêmico às demandas da sociedade, promovendo a troca de saberes e contribuindo para a transformação social. De acordo com Oliveira (2021), “a extensão se caracteriza como um dos tripés da educação superior e assume o papel de promover intervenções e transformações e mudanças na comunidade, por meio de ações envolvendo o público acadêmico e indivíduos da sociedade”.

2.1 A extensão universitária no mundo

O conceito de extensão universitária teve origem na Inglaterra no século XIX, com a “university extension”, que buscava ampliar o acesso ao ensino universitário a trabalhadores e comunidades afastadas do meio acadêmico. Quando as universidades de Oxford e Cambridge passaram a promover ações para ampliar o acesso da população ao conhecimento acadêmico. A ideia era democratizar o saber produzido nas universidades, levando-o até as comunidades que não faziam parte do universo acadêmico.

Esse movimento influenciou outras partes do mundo, especialmente a América Latina, onde o debate sobre a função social da universidade ganhou força no início do século XX. O Movimento da Reforma Universitária de Córdoba, ocorrido na Argentina em 1918, foi um marco nesse processo. A insatisfação dos estudantes com a estrutura autoritária e elitista das universidades impulsionou a luta por uma universidade mais democrática, autônoma e socialmente engajada.

O Manifesto Liminar de Córdoba, publicado pela Federação Universitária de Córdoba, expressava os ideais de uma educação crítica, libertadora e transformadora. Um trecho emblemático desse documento afirma:

La autoridad en un hogar de estudiantes, no se ejercita mandando, sino sugiriendo y amando: Enseñando. Si no existe una vinculación espiritual entre el que enseña y el que aprende, toda enseñanza es hostil y de consiguiente infecunda. Toda la educación es una larga obra de amor a los que aprenden [...] Las almas de los jóvenes deben ser

movidas por fuerzas espirituales [...] El chasquido del látigo sólo puede rubricar el silencio de los inconscientes o de los cobardes. La única actitud silenciosa, que cabe en un instituto de Ciencia es la del que escucha una verdad o la del que experimenta para crearla o comprobarla. (Federação Universitária de Córdoba, 1918)

O excerto do Manifesto expressa uma ruptura com o modelo autoritário de ensino, defendendo uma relação mais humana e transformadora entre docentes e discentes. Essa visão reforça a necessidade de uma universidade comprometida com a realidade social, na qual o conhecimento ultrapasse os muros acadêmicos. É nesse cenário que a extensão universitária ganha força, ao promover a articulação entre saber acadêmico e demandas da sociedade, uma prática que, ainda hoje, se reflete nas experiências vivenciadas pelos estudantes nas atividades extensionistas.

2.2 Extensão universitária no Brasil

No Brasil, a extensão começou a ser pensada de forma mais sistemática a partir da década de 1930, mas foi somente a partir dos anos 1960 e 1970 que ela passou a integrar de fato as políticas institucionais das universidades públicas, especialmente após a Reforma Universitária de 1968. No entanto, foi com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 1987), que a extensão universitária começou a ganhar maior legitimidade e estrutura organizacional. O FORPROEX consolidou diretrizes que passaram a orientar a extensão no país, como a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o reconhecimento da função social da universidade.

O reconhecimento legal da extensão universitária no Brasil ocorreu com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 207, estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988).

Ao longo dos anos, a extensão universitária superou seu caráter assistencialista e passou a ser compreendida como um processo articulador entre ensino e pesquisa, voltado à organização e ao assessoramento de movimentos sociais emergentes. (Brasil, 2001)

De acordo com a Política Nacional de Extensão Universitária (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras-Forproex, 2012), a extensão é entendida como “um processo acadêmico que se desenvolve de forma interdisciplinar, educativa, cultural, científica e política, promovendo a interação transformadora entre a universidade e os outros setores da sociedade”.

A socióloga Minayo (1994) reforça esse papel ao afirmar que a extensão universitária deve estar conectada aos problemas reais da sociedade, contribuindo para a superação das desigualdades e para o fortalecimento da cidadania. Segundo ela, “o conhecimento não pode permanecer fechado na academia; ele deve se abrir ao mundo e se comprometer com as necessidades sociais”. Minayo (2001, p. 45) também reforça: “A produção do conhecimento deve estar articulada às necessidades sociais e à formação cidadã. Isso exige um fazer acadêmico comprometido com a transformação da realidade e a emancipação dos sujeitos.”

Assim, a extensão universitária no Brasil se configura como um campo em constante construção, fundamentado na solidariedade, no diálogo de saberes e no compromisso ético com a transformação social. Sua história reflete a busca contínua por uma universidade pública, democrática e voltada para o bem comum.

2.3. Extensão universitária no curso de Biblioteconomia da UFPA

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) estabelece que “a extensão universitária será concentrada no último semestre de formação do bibliotecário e beneficiará instituições sociais, especialmente nas áreas de ciência, educação e cultura, carentes de serviços bibliotecários” (UFPA, 2009). Dessa forma, a experiência extensionista não apenas contribui para a formação do discente, mas também para a democratização do acesso à informação em comunidades carentes. Portanto, essa visão está alinhada com as diretrizes institucionais e as normativas nacionais para a educação superior.

Além disso, a Resolução CNE/CES nº 7/2018 (Brasil, 2018) determina que os cursos de graduação devem destinar, no mínimo, 10% da carga horária total

para atividades de extensão, garantindo a articulação entre ensino, pesquisa e demandas sociais. Essa diretriz reforça o papel da extensão como elemento essencial na formação acadêmica, incentivando a atuação dos estudantes em práticas que dialogam com as necessidades da sociedade.

O PPC do curso de Biblioteconomia também reforça essa perspectiva ao afirmar que o curso de graduação será desenvolvido no Regime Acadêmico por Atividades Curriculares de forma presencial, organizado em cinco grupos de atividades: disciplinas teóricas, prática profissional, pesquisa, extensão e atividades complementares (UFPA, 2009). Esse modelo destaca a extensão como uma vivência prática essencial para o desenvolvimento profissional do futuro bibliotecário, preparando-o para diagnosticar e solucionar problemas informacionais de maneira técnica e eficiente.

Essas orientações estão em consonância com a Resolução nº 3.298, de 16 de dezembro de 2005, que dispõe sobre as atividades de extensão na UFPA de forma ampla. Essa normativa institucional estabelece diretrizes para o registro, a coordenação e a execução de projetos extensionistas, funcionando como marco institucional que sustenta a organização das práticas extensionistas em todas as unidades acadêmicas da universidade (UFPA, 2005).

Complementarmente, a Resolução nº 5.467/2022 regulamenta a inserção curricular da extensão nos cursos de graduação da UFPA, reforçando a obrigatoriedade de que pelo menos 10% da carga horária total seja dedicada a atividades extensionistas. Essa normativa amplia o papel da extensão no desenvolvimento de competências acadêmicas, práticas e cidadãs, integrando o aprendizado teórico às demandas sociais. No contexto do curso de Biblioteconomia, a resolução proporciona flexibilidade quanto às modalidades de extensão, permitindo que os discentes escolham entre projetos, cursos, oficinas, eventos ou prestação de serviços, de acordo com seus interesses e possibilidades. Ao estabelecer a curricularização da extensão, a UFPA busca não apenas cumprir as diretrizes nacionais, mas também estruturar um percurso acadêmico que favoreça a formação integral do futuro profissional, incentivando experiências que conectem teoria, prática e responsabilidade social.

Considerando que a carga horária do Curso em Biblioteconomia soma um total de 2.840 horas, as atividades de extensão devem somar um montante de

300 horas, representando 10,6%. Essa exigência está prevista na Resolução nº 01, de 1º de agosto de 2013, da Faculdade de Biblioteconomia, que estabelece as regras para a realização e validação da extensão. De acordo com esse regulamento, são consideradas atividades de extensão aquelas que envolvem ações educativas, culturais ou científicas realizadas junto à comunidade, como projetos, eventos, cursos, serviços, ou outras ações que estejam ligadas às competências do curso. A resolução também define que o aluno só pode começar a extensão depois de cursar pelo menos 40% das disciplinas obrigatórias, além de precisar apresentar um relatório final e garantir que a instituição onde realizará a atividade esteja cadastrada na faculdade. Como destaca o documento, “as atividades de extensão configuram-se em processos educativos, culturais e científicos que viabilizem a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade” (UFPA, 2009; 2013).

3. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM CAMINHO DE EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

A extensão universitária, como um dos pilares da educação superior, constitui um importante elo entre a universidade e a sociedade. Por meio dela, promovem-se intervenções, transformações e mudanças sociais, envolvendo o público acadêmico em ações que ultrapassam os limites da sala de aula (Oliveira, 2021). Esse processo se revela como um caminho repleto de experiências formativas e desafios concretos, exigindo dos estudantes não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade social, capacidade de adaptação e compromisso com a realidade vivida nas comunidades. Ao longo do tempo, a extensão foi gradualmente reconhecida como uma atividade pedagógica de grande relevância. Coelho (2015) ressalta que a extensão universitária, inicialmente voltada à difusão de conhecimento acadêmico, evoluiu para uma prática que envolve uma interação dialógica com a sociedade. Essa mudança reflete a crescente percepção da extensão como um instrumento de aprendizado e de geração de conhecimento, com impactos diretos na formação dos estudantes, não apenas em aspectos técnicos, mas também nos domínios cívico-políticos e afetivo-comportamentais.

Sob essa perspectiva, o papel da extensão vai além do simples compartilhamento de saberes, sendo também um processo que visa a formação de cidadãos críticos e participativos. Ribeiro, Pontes e Silva (2016) abordam a importância da extensão como um dispositivo formativo baseado na práxis, destacando a necessidade de um diálogo formativo entre o ensino e a pesquisa. Para esses autores, é fundamental que a extensão seja integrada de maneira indissociável a essas outras atividades acadêmicas, favorecendo uma formação mais reflexiva e plural, que contemple as diversas realidades dos alunos e da sociedade.

Contudo, o percurso da extensão universitária também enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à inclusão e ao impacto que suas atividades têm sobre os participantes. Em estudos mais recentes, como o de Cabral (2023), observa-se que a experiência de estágio, enquanto extensão, pode gerar importantes benefícios para os estudantes, como a socialização e o aprendizado prático. No entanto, muitos estagiários enfrentam dificuldades financeiras e dependem de apoio institucional para cobrir as limitações das ajudas de custo oferecidas pelas empresas. Esses achados indicam a necessidade de um aprimoramento contínuo nos programas de estágio, garantindo que a extensão não apenas ofereça experiências enriquecedoras, mas também apoie os estudantes de maneira efetiva.

Experiências semelhantes são abordadas por Caires e Almeida (2016), o estágio curricular também é um excelente exemplo de como a extensão universitária pode beneficiar a formação acadêmica dos estudantes. Os autores destacam que o estágio, embora desafiador, é percebido positivamente pelos alunos, pois proporciona o desenvolvimento de competências profissionais específicas e contribui para o aprimoramento de suas escolhas vocacionais. Portanto, a experiência de extensão, seja através de estágios ou outras iniciativas, não só complementa o aprendizado formal, mas também enriquece a formação acadêmica de maneira integral.

Adicionalmente, Oliveira, Almeida Júnior e Silva (2019) analisam o impacto das atividades de extensão na formação dos estudantes de Enfermagem, destacando fatores como timidez, falta de preparo para transmitir conteúdo e carência de materiais adequados. Esses obstáculos dificultam o

cumprimento da carga horária de extensão pelos discentes e refletem desafios semelhantes enfrentados por estudantes de Biblioteconomia, especialmente na conciliação entre as exigências acadêmicas e as demandas das atividades extensionistas.

Em síntese, a extensão universitária configura-se como um campo fértil para o aprendizado integral, ainda que permeado por desafios operacionais e estruturais. Ao articular teoria e prática, ela amplia os horizontes da formação, fortalecendo o compromisso social da universidade e contribuindo para a formação de profissionais mais conscientes e preparados para os contextos reais que os aguardam.

Apesar do seu valor formativo, a extensão enquanto obrigação curricular, suscita desafios que afetam diferentemente a experiência discente.

A extensão universitária é um dos pilares do ensino superior, promovendo a integração entre universidade e sociedade por meio de atividades práticas que complementam a formação acadêmica. No entanto, a obrigatoriedade de cumprir 300 horas de extensão, sem contrapartida financeira na maioria dos casos, impõe desafios significativos aos discentes, especialmente aqueles que dependem de recursos próprios para sua manutenção.

O estudo de Cabral (2023) sobre a experiência de estágio dos estudantes de Administração do IFPE revela que, apesar da satisfação geral com a prática profissional, muitos enfrentam dificuldades financeiras devido à insuficiência da ajuda de custo oferecida pelas empresas. A pesquisa aponta que a permanência estudantil, em muitos casos, depende de apoio institucional, evidenciando a fragilidade financeira dos estagiários.

Esse cenário pode ser ampliado para o contexto da extensão universitária. Enquanto o estágio, mesmo que nem sempre remunerado de forma adequada, pode oferecer algum suporte financeiro, a extensão geralmente não conta com incentivos diretos, tornando-se um desafio adicional para os alunos que precisam conciliar estudo, trabalho e formação complementar. Além disso, atividades extensionistas frequentemente envolvem custos extras, como transporte e materiais, o que pode limitar a participação de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante desse contexto, é essencial discutir alternativas para minimizar os impactos financeiros da extensão universitária, garantindo que sua obrigatoriedade não se torne um fator de exclusão. A criação de bolsas para extensão, o reconhecimento de atividades de estágio com impacto social como extensão e o fortalecimento de políticas institucionais de apoio são algumas das estratégias que podem contribuir para ampliar a participação discente e reduzir desigualdades no acesso a essa importante experiência formativa. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para essa discussão, trazendo reflexões que, quem sabe, possam servir de base para futuras iniciativas que melhorem as condições dos estudantes na realização da extensão.

4 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza básica, com abordagem qualitativa e quantitativa. Para Gil (2010), as pesquisas exploratórias proporcionam maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Além disso, esse tipo de pesquisa objetiva o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições.

É uma pesquisa básica, cujo objetivo é contribuir para o avanço de teorias científicas e compreensão de fenômenos naturais, sociais, políticos, culturais, comunicacionais, informacionais etc. Além disso, tem a intenção de ampliar a compreensão de certos fenômenos ou comportamentos (Gil, 2008).

Ademais, trata-se de uma Pesquisa de Campo que, segundo Gil (2008, p. 53):

[...] focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo." (Gil, 2008, p. 53)

De acordo com Creswell (2007), a utilização de métodos mistos possibilita uma compreensão mais abrangente dos problemas de pesquisa do que a adoção isolada de uma única abordagem. Gil (2008) complementa afirmando

que essa integração metodológica possibilita captar dados mensuráveis e, ao mesmo tempo, as percepções e experiências dos participantes. Na mesma linha, Sampieri, Collado e Lucio (2013) destacam que a junção entre os enfoques quantitativo e qualitativo resulta em dados mais ricos, sólidos e significativos, favorecendo análises mais profundas e interpretativas.

A coleta de dados deu-se a partir das seguintes etapas:

- Obtenção da carta de anuência da direção da FABIB para a realização da pesquisa;
- Elaboração de um questionário semiestruturado no *Google Forms*. O questionário foi enviado à 485 discentes, com matrícula ativa no período de 2024.4, pela direção da FABIB, seguindo todos os protocolos éticos (envio individual para cada endereço eletrônico). No que se refere aos aspectos éticos, esta pesquisa seguiu as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNE, 2016), que regula pesquisas envolvendo seres humanos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Todos os participantes foram previamente informados sobre os objetivos do estudo, a voluntariedade da participação, o sigilo e a confidencialidade das informações, sendo solicitado o aceite formal por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
- O número total de respondentes foi de 178, representando 36,7%.

Todas as respostas dos participantes voluntários da pesquisa foram mantidas em anonimato e mantidas a grafia original, sem qualquer alteração do texto escrito.

Os dados quantitativos foram analisados com o auxílio de ferramentas estatísticas, como Excel, por meio da aplicação de estatísticas descritivas. Já os dados qualitativos, oriundos das respostas abertas, foram analisados por meio de uma Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que a define como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens” (Bardin, 2016, p. 47).

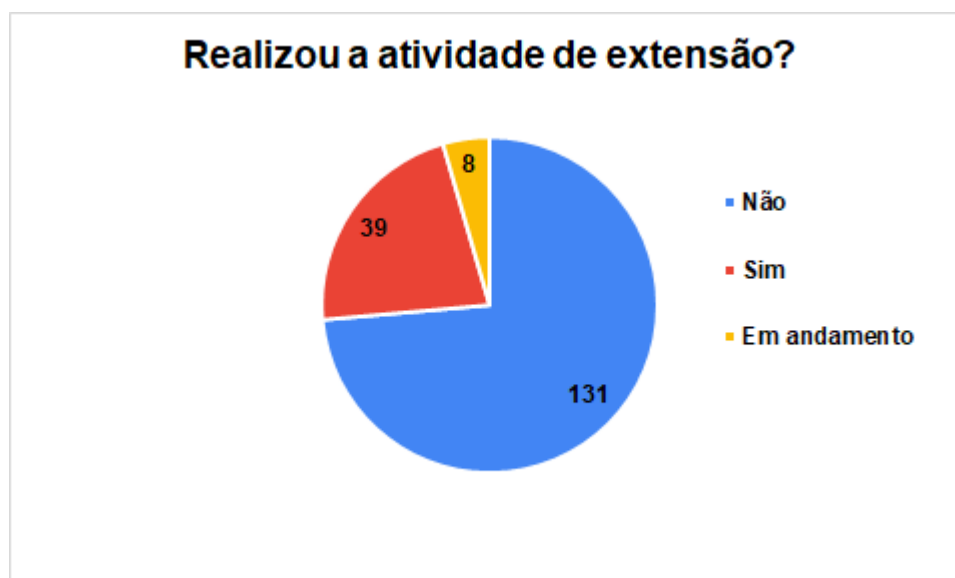
Nesse sentido, Minayo (2014) reforça que a análise de conteúdo é uma técnica que “permite ir além das aparências, ultrapassar o sentido manifesto da comunicação e alcançar as estruturas profundas das mensagens” (Minayo, 2014, p. 58), evidenciando sua relevância na interpretação das percepções dos discentes.

A aplicação da análise de conteúdo foi conduzida em três etapas, conforme os princípios metodológicos estabelecidos por Bardin. A primeira, denominada pré-análise, compreende a organização e leitura flutuante do material, permitindo o contato inicial com os dados e a identificação de temas emergentes. Em seguida, a etapa de exploração do material envolverá a codificação das unidades de significado e sua posterior categorização, possibilitando o agrupamento das falas em núcleos temáticos que revelem os principais sentidos atribuídos pelos participantes às suas experiências. Por fim, na fase de tratamento dos resultados e interpretação, os dados serão discutidos à luz do referencial teórico, com vistas à produção de inferências relevantes sobre as dificuldades e sugestões apontadas no que tange à realização das atividades de extensão.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 178 discentes da Faculdade de Biblioteconomia (FABIB) que responderam ao questionário, identificou-se que a maioria, 131 alunos (73,6%), ainda não realizou nenhuma atividade de extensão. Apenas 39 (21,9%) afirmaram já ter realizado a atividade de extensão, enquanto 8 (4,5%) informaram estar com a atividade em andamento.

Figura 1. Situação dos discentes da FABIB quanto a atividade de extensão (n. 178).

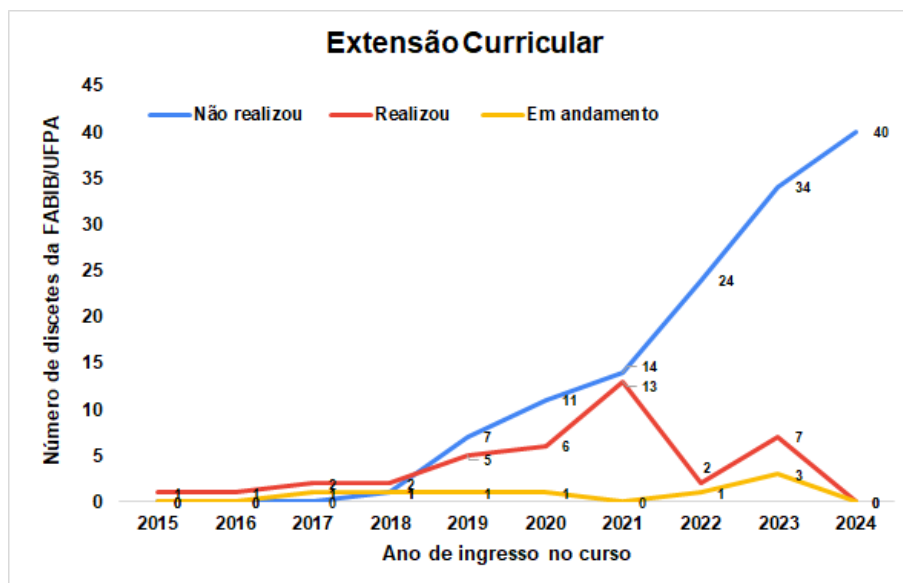


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da pesquisa (2025).

Esses resultados indicam que, dos discentes com matrícula ativa no período letivo de 2024.4, há um percentual elevado de discentes (73,6%) que ainda não realizaram as atividades de extensão curricular. Tal cenário pode estar relacionado à diversos fatores, como falta de oferta de projetos, desconhecimento sobre a obrigatoriedade da extensão, ou até mesmo dificuldades de conciliação com outras demandas acadêmicas e pessoais. Essa tendência aponta para a necessidade de estratégias institucionais que incentivem e facilitem o engajamento dos estudantes em atividades extensionistas.

A figura 1 apontou ainda que 21,9% dos discentes já concluíram as atividades de extensão e 4,5% as atividades estão em andamento, o que demonstra que apenas uma parcela dos discentes conseguiu cumprir, total ou parcialmente, essa exigência curricular até o momento. Esses dados reforçam a urgência de medidas que promovam a maior adesão e esclarecimento sobre a importância da extensão universitária no processo de formação acadêmica.

Figura 2: Distribuição de discentes da FABIB com matrícula ativa no período letivo de 2024.4 que realizaram Extensão Curricular, que não realizaram e que estão realizando associado ao ano ingresso do discente (n. 178)



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados da pesquisa (2025).

A Figura 2 mostra a evolução da realização da Extensão Curricular pelos discentes da FABIB/UFPA, de acordo com o ano de ingresso. Nota-se que, a partir de 2020, há um crescimento expressivo na quantidade de estudantes que iniciaram ou concluíram atividades de extensão, especialmente entre os ingressantes de 2021.

Por outro lado, preocupa a situação dos ingressantes de 2015 a 2022, que, conforme a Resolução nº 01/2013 (UFPA, 2013), já cumpriram o requisito mínimo de 40% da carga horária obrigatória do curso, o que corresponde à aprovação em cerca de 14 disciplinas, e, portanto, estão aptos a iniciar a extensão, mas parte ainda não iniciaram as atividades.

A Tabela 1 apresenta a distribuição desses discentes por ano de ingresso, indicando o número e a porcentagem de alunos que já realizaram, estão realizando ou ainda não iniciaram as atividades de extensão, permitindo visualizar padrões de adesão ao programa ao longo dos anos.

Tabela 1: Situação dos discentes da FABIB com matrícula ativa no período letivo de 2024.4 que realizaram Extensão Curricular, que não realizaram e que estão realizando associado ao ano de ingresso do discente (n. 178)

Ano de Ingresso	Não realizou	%	Realizou	%	Em andamento	%
2015	0	0,0	1	0,6	0	0,0
2016	0	0,0	1	0,6	0	0,0
2017	0	0,0	2	1,1	1	0,6
2018	1	0,6	2	1,1	1	0,6
2019	7	3,9	5	2,8	1	0,6
2020	11	6,2	6	3,4	1	0,6
2021	14	7,9	13	7,3	0	0,0
2022	24	13,5	2	1,1	1	0,6
2023	34	19,1	7	3,9	3	1,7
2024	40	22,5	0	0,0	0	0,0

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados da pesquisa (2025).

Observa-se que, entre os ingressantes de 2015 a 2022, que já estão aptos a iniciar a extensão conforme a Resolução nº 01/2013 (UFPA, 2013), 32% ainda não cumpriram nenhuma atividade, evidenciando que uma parcela considerável enfrenta alguma dificuldade, desmotivação ou limitação na oferta de projetos. Entre os ingressantes mais recentes (2023–2024), a maioria ainda não iniciou a extensão, situação esperada devido ao tempo reduzido de curso. Esses dados permitem identificar padrões de adesão e pontos críticos que podem orientar estratégias para incentivar a participação nas atividades de extensão.

Com base nesses resultados, com o objetivo de mapear as bibliotecas e unidades de informação onde os discentes realizaram ou estão realizando suas atividades, a Tabela 2 apresenta a lista das instituições que têm recebido alunos da FABIB para o cumprimento das 300 horas de extensão.

Conforme é possível observar, a Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA) destacou-se como a mais recorrente, com 12 discentes. Outras instituições relevantes como a Biblioteca Irmãos Guimarães (DETRAN-PA), a Biblioteca Pública Arthur Vianna e a Procuradoria Geral do Estado do Pará, todas com 5 registros cada.

A predominância pela Biblioteca Central da UFPA pode estar relacionada a sua localização, sendo esta estratégica dentro do próprio campus

universitário, o que favorece a acessibilidade, minimiza os custos com transporte e reduz os custos e o tempo de deslocamento dos discentes.

Tabela 2: Nome da Instituição/Biblioteca onde realizou ou realiza as 300 horas de Extensão (n. 178)

Nome da Instituição/Biblioteca onde realizou ou realiza 300 horas de Extensão	Número de estudantes
Biblioteca Central (UFPA)	12
Biblioteca Irmãos Guimarães (Detran-PA)	5
Biblioteca Pública Arthur Vianna	5
Procuradoria Geral do Estado do Pará	5
Biblioteca Pública Municipal de Capanema	4
Biblioteca do IEMCI (UFPA)	3
Biblioteca do Instituto de Geociências (UFPA)	3
Biblioteca do Museu Emílio Goeldi	3
E.E.E.F.M. Supervisão Militar Educacional Brigadeiro Fontenelle	3
Biblioteca CCSE (UEPA)	1
Biblioteca do Banco da Amazônia	1
Biblioteca Usipaz (Bengui)	1
Biblioteca do ITEC (UFPA)	1
Biblioteca Usipaz (Jurunas/Condor)	1
MensureLab- Laboratório de Estudos Métricos da Informação e de Avaliação de Políticas Públicas em CT&I para o Desenvolvimento da Amazônia Legal	1
NITAE (UFPA)	1

Legenda: Há casos de estudantes que realizaram a extensão em mais de um lugar.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados da pesquisa (2025).

Cabe salientar que o número total de frequência é superior ao número de discentes que informaram ter realizado ou estarem realizando atividades de extensão. Isso se justifica em virtude de alguns discentes terem escolhido mais de uma instituição para o desenvolvimento da atividade curricular. Nota-se que, apesar das dificuldades, que serão discutidas posteriormente, os discentes têm se esforçado para cumprir as 300 horas de extensão em mais de um lugar, buscando experiências em diferentes instituições. Essa variedade de espaços revela não apenas a pluralidade de possibilidades na formação em Biblioteconomia, mas também o compromisso dos estudantes em construir trajetórias significativas e alinhadas às exigências da prática profissional.

A seguir, na Figura 3, são apresentadas as análises referentes às causas sociais, acadêmicas e estruturais que dificultaram/dificultam o cumprimento das 300 horas de extensão. Foram criadas 20 categorias.

Figura 3: Categorias de dificuldades enfrentadas pelos discentes para a realização das atividades de extensão (n. 178)



Legenda: 126 discentes não responderam, não incluídos na figura. A figura ilustra o quantitativo de respostas de 52 discentes. Há casos de respostas classificadas em mais de uma categoria.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados da pesquisa (2025).

Dos que responderam, 21,0% relataram não ter encontrado dificuldades, enquanto os outros 79,0% alegaram ter passado por algum tipo de obstáculo. O alto percentual de discentes que mencionaram ter dificuldades revela um cenário preocupante, que afeta diretamente a realização das atividades de extensão, bem como impacta na integralização do curso.

Para compreender melhor essas dificuldades, foi realizada uma análise qualitativa das respostas abertas do questionário que revelou uma série de dificuldades enfrentadas pelos discentes na realização das 300 horas de atividades de extensão curricular. Esses desafios estão majoritariamente relacionados à falta de tempo disponível, incompatibilidade de horários, locomoção, dificuldade em conciliar extensão com outras demandas como trabalho, cuidado com filhos e demais exigências do próprio curso.

Esse conjunto de fatores evidencia um descompasso entre as exigências curriculares e a realidade vivida por grande parte dos estudantes, o que reforça a urgência de políticas de acompanhamento e incentivo à permanência que considerem essas barreiras.

Além desses fatores, destaca-se o fato de que a extensão não é remunerada em nenhum aspecto, sendo necessário que os alunos arquem com todos os custos envolvidos, transporte, alimentação, internet, entre outros além de abdicar de possíveis rendas em empregos formais ou informais para dar conta da carga horária exigida.

O discente 55, declarou, por exemplo, que o maior desafio foi: “O longo horário, pois se a gente for todos os dias e fazer ao mínimo 2h ainda vamos passar + de 6 meses, eu tive que abandonar meu emprego para fazer essas horas absurdas!”. Essa fala evidencia o impacto direto da carga horária exigida na vida profissional do estudante, obrigando-o a renunciar a sua fonte de renda para cumprir a exigência da extensão.

Enquanto o discente 84 narrou diversas dificuldades:

Tive muitas dificuldades para realizar a atividade de extensão, pois poucos setores oferecem vagas para essa modalidade. Além disso, meu trabalho em horário comercial foi um grande impedimento. A faculdade também não oferece suporte ao aluno nesse aspecto, deixando toda a responsabilidade da busca por atividades extracurriculares por conta do estudante. Para quem trabalha durante o dia e estuda à noite, as oportunidades são ainda mais limitadas, tanto para estágios quanto para atividades curriculares, tornando o turno da noite menos favorecido. (Discente 84).

Este relato aponta não apenas a escassez de oportunidades, mas também a falta de apoio institucional, evidenciando o quanto a realização da extensão é uma responsabilidade que recai exclusivamente sobre os estudantes, independentemente de suas condições sociais, econômicas ou de disponibilidade de tempo.

Alguns relatos demonstram como a exigência afeta diretamente discentes com obrigações familiares e financeiras, como o caso da discente 34:

Preciso trabalhar, sustentar meu filho, a casa e ser presente na vida escolar do mesmo. Trabalhar sem remuneração por 300 horas é desafiador, quando não se tem tempo livre adequado. Por este motivo não consegui concluir até o presente momento. (Discente 34).

Aqui, observa-se como a exigência a tantas horas de extensão impacta de forma mais acentuada estudantes que acumulam múltiplos papéis sociais,

como trabalhar e cuidar da família, tornando a conclusão das horas quase inviável.

Também foi apontado como obstáculos o excesso de exigências acadêmicas somado a necessidade de trabalhar para garantir a própria Subsistência, como expôs o discente 40:

O tempo foi o maior desafio, são muitas horas exigidas, geralmente a pessoa trabalha ou faz estágio pra ter uma grana. Nesse caso, se ingressar na extensão o tempo fica muito corrido e cansativo, sem contar com as horas complementares e as duas optativas obrigatórias (Na minha vez só falei morrer de cansaço, senti até vontade de desistir do curso). (Discente 40).

Essa fala demonstra como a sobrecarga de atividades acadêmicas, somada à extensão, pode gerar esgotamento físico e emocional, interferindo diretamente na permanência do aluno no curso.

Outros estudantes também relataram problemas de locomoção, especialmente para atividades que ocorrem fora de seu município ou em horários de difícil acesso. A inexistência de qualquer tipo de auxílio financeiro ou bolsa para extensão contribui para tornar o processo ainda mais excludente, penalizando principalmente os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Além disso, houve apontamentos quanto à falta de informações institucionais sobre as atividades de extensão, o discente 1 fez o seguinte relato: “Relacionado à falta de informação por parte da direção da Faculdade de Biblioteconomia.”

Esse relato evidencia a fragilidade na comunicação institucional, apontando para a necessidade de estratégias mais eficazes de divulgação das atividades de extensão.

Já o estudante 58 destacou tanto os entraves de horário quanto os custos pessoais envolvidos: “Teve momentos que foram complicados, por causa do horário, como também financeiramente.”

Dessa forma, percebe-se que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes não se limitam à esfera administrativa, mas também envolvem

condições pessoais e socioeconômicas que impactam diretamente na participação em atividades extracurriculares.

De modo geral, as falas indicam que, embora a extensão seja uma atividade fundamental para a formação acadêmica e cidadã, a ausência de políticas institucionais que considerem a realidade dos estudantes dificulta sua efetivação plena. O resultado é um cenário de sobrecarga, desmotivação e risco de evasão, especialmente entre aqueles que precisam trabalhar para se manter na universidade.

Diante desse conjunto de obstáculos sociais, econômicos, estruturais e institucionais, fica evidente que a mera exigência da extensão, sem políticas de apoio efetivas, pode intensificar desigualdades e dificultar a plena participação dos estudantes nas atividades.

Para enfrentar esses desafios é imprescindível a implementação de medidas que considerem as diversas realidades dos discentes e promovam a efetiva participação nas atividades de extensão. A seguir, apresentam-se propostas com foco na superação das barreiras e na ampliação das oportunidades para os discentes.

5.1 Alternativas aos discentes e a gestão da faculdade para facilitar o cumprimento da extensão curricular, considerando as necessidades e a realidade dos discentes

Diante da curricularização da extensão e das dificuldades enfrentadas por muitos discentes para cumpri-las, propõe-se a adoção de alternativas que considerem as condições socioeconômicas, logísticas e acadêmicas dos discentes. As propostas a seguir estão fundamentadas nas diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará (FABIB), Quadro 1.

Quadro 1: Alternativas e formas de execução

ALTERNATIVAS	FORMA DE EXECUÇÃO
Ampliação de parcerias institucionais	Ampliar convênios e parcerias com instituições públicas, privadas e organizações sociais.

Ampliação de projetos de extensão sob a coordenação de docentes da FABIB	A ampliação de projetos próprios de extensão no âmbito da FABIB.
Implantação de um banco de oportunidades extensionistas	Organizar e divulgar regularmente, por meio de site, mural ou redes sociais, um banco com vagas em projetos de extensão, orientadores responsáveis, locais de atuação e prazos.
Oferta de projetos de extensão híbridos e remotos	Estimular a criação e adesão a projetos de extensão em modalidade remota ou híbrida
Regulamentação do aproveitamento de atividades correlatas	Permitir que atividades já realizadas pelos discentes, como monitorias em projetos ou trabalho voluntário, possam ser aproveitadas como atividade de extensão, como: projetos de leitura nas comunidades, contação de histórias nas bibliotecas e escolas, etc.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados da pesquisa (2025).

a) Ampliação de parcerias institucionais

O PPC/2009 prevê a formalização de convênios com bibliotecas públicas, escolares, comunitárias e demais unidades de informação (UFPA, 2009, p. 28). Contudo, observa-se que tais parcerias permanecem incipientes, o que limita o acesso dos discentes às oportunidades de extensão em seus territórios.

b) Ampliação de projetos de extensão sob a coordenação da FABIB

O mesmo documento destaca a relevância de projetos próprios voltados à cultura, educação e meio ambiente (UFPA, 2009, p. 28), além da constante demanda da comunidade externa por apoio na organização de acervos e serviços bibliotecários (UFPA, 2009, p. 26). Entretanto, verifica-se a existência de apenas dois projetos de extensão estão registrados na FABIB (UFPA, 2025), número insuficiente se comparado à amplitude de cursos e alunos da unidade, evidenciando a necessidade de ampliação das iniciativas.

c) Implantação de um banco de oportunidades extensionistas

A organização e divulgação periódica de vagas, orientadores e prazos, em diferentes canais de comunicação, permitiria maior transparência e acesso às oportunidades, favorecendo a adesão dos discentes.

d) Oferta de projetos de extensão híbridos e remotos

A adoção de modalidades a distância contribui para a inclusão de estudantes que enfrentam dificuldades relacionadas ao transporte, ao trabalho ou a responsabilidades familiares, ampliando o alcance social da extensão.

e) Regulamentação do aproveitamento de atividades correlatas

O aproveitamento de experiências já realizadas, como estágios, monitorias ou trabalhos voluntários com impacto social, mediante comprovação documental, possibilitaria a valorização das vivências acadêmicas prévias e a redução de sobrecargas, evitando repetições desnecessárias. Sabe-se que muitos discentes da FABIB desenvolvem projetos de mediação da leitura e informação, dentre outros projetos de impacto social, a exemplo do Clube HQ Belém (@clubehqbelem, 2025). Desse modo, atividades como essa mencionada poderia compor o roll de atividades aceitáveis no contexto da Extensão Curricular da FABIB, pois as atribuições dos profissionais bibliotecários vão além do trabalho técnico de representação da informação.

Diante dessas propostas, observa-se que a efetivação das alternativas depende de um esforço conjunto entre discentes, docentes e gestão acadêmica, visando garantir a equidade no cumprimento da curricularização da extensão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da investigação realizada, foi possível alcançar todos os objetivos que nortearam este trabalho. Primeiramente, identificou-se o número de discentes da Faculdade de Biblioteconomia da UFPA, dos 178 discentes da Faculdade de Biblioteconomia (FABIB) que responderam ao questionário, identificou-se que a maioria, 131 alunos (73,6%), ainda não realizou nenhuma atividade de extensão. Apenas 39 (21,9%) afirmaram já ter realizado a atividade de extensão, enquanto 8 (4,5%) informaram estar com a atividade em andamento.

Em seguida, o mapeamento das bibliotecas e unidades de informação envolvidas no acolhimento dos discentes mostrou a concentração de atividades

em determinados locais, o que impacta diretamente na distribuição equitativa das oportunidades. Esses aspectos reforçam a necessidade de políticas mais sensíveis às múltiplas realidades dos discentes.

Em síntese, pode-se afirmar que a efetividade da realização das atividades de extensão curricular está condicionada a uma mediação institucional e acadêmica consciente, que considere as dimensões pedagógica, social e estrutural dos discentes. Essa mediação deve buscar facilitar o acesso, o engajamento e a apropriação das experiências extensionistas, respeitando as diversas realidades dos estudantes e promovendo a equidade no cumprimento das exigências acadêmicas.

Por fim, foram apresentadas alternativas voltadas tanto aos estudantes quanto à gestão da faculdade, com sugestões práticas e viáveis para minimizar os obstáculos identificados, como a diversificação de modalidades de extensão, a ampliação de parcerias institucionais e a flexibilização dos formatos de participação.

Este estudo contribui para o debate sobre a extensão universitária no curso de Biblioteconomia da UFPA, oferecendo subsídios para aprimorar estratégias de gestão acadêmica e pedagógica que valorizem a formação integral dos discentes. Ressalta-se que esta pesquisa constitui uma etapa inicial para o entendimento dos desafios relacionados à extensão curricular. Assim, recomenda-se a realização de estudos complementares que aprofundem as análises aqui apresentadas, ampliando o conhecimento sobre o tema e promovendo o desenvolvimento de estratégias ainda mais eficazes para a promoção da extensão curricular.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BUARQUE, C. A. **Aventura da universidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRASIL. Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05. Fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta a implementação da extensão pelos cursos de graduação. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 245, p. 127-128, 20 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 18 fev. 2025.

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014–2024. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio 2014–2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Plano Nacional de Extensão Universitária. Brasília: MEC/SESu, 2001. Disponível em: <https://feac.ufal.br/pt-br/extensao/documentos/regulamentacoes-e-legislacoes-nacionais/plano-nacional-de-extensao-universitaria-2001.pdf/view>. Acesso em: 10 jul. 2025.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento: documento final do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 4–5 nov. 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

CABRAL, L. W. C. Desafios, Oportunidades e Impactos financeiros na Experiência do Estagiário. Disponível em: https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1367/TCC_Desafios_Oportunidades_e_Impactos_Financeiros_na_Experiencia_do_Estaguario%5b1%5d%20-%20Leidiane%20Cabral.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 fev. 2025.

CAIRES, S.; ALMEIDA, L. S. A experiência de estágio acadêmico: Oportunidades de formação e desenvolvimento do estudante. **PSICOLOGIA**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 235–250, 2000. DOI: 10.17575/rpsicol.v14i2.513. Disponível em: <https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/513>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CLUBE HQ BELÉM. Instagram @clubehqbelem. 2025.

COELHO, Geraldo Ceni. O papel pedagógico da extensão universitária. **Revista Em Extensão**, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 11–24, 2015. DOI: [10.14393/REE-v13n22014_art01](https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682). Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/26682>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento: documento final do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 4–5 nov. 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FORPROEX – FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Florianópolis: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

LAMERS, J. M. de S.; SANTOS, B. S. dos; TOASSI, R. F. C. Retenção e evasão no ensino superior público: estudo de caso em um curso noturno de odontologia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, n. 0, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/VKcKSJQxVhsPKgpNV8YMhzx/?lang=pt>. Acesso em: 15. Fev. 2025

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, F. L. B. de ; ALMEIDA JUNIOR, J. J. de ; SILVA, M. L. P. da. Percepção dos acadêmicos em relação às dificuldades no desenvolvimento de projetos de extensão universitária. **Revista Ciência em Extensão**, 2016. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1234/0. Acesso em: 05 fev. 2025.

REVISTA EXTENSÃO & SOCIEDADE. vol. XI, n.2, 2020.2. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/issue/view/1070/569>. Acesso em: 18 fev. 2025.

RIBEIRO, M. R. F.; PONTES, V. M. A.; SILVA, E. A. **A contribuição da extensão universitária na formação acadêmica: desafios e perspectivas**. Conexão: Ciências Sociais e Humanas, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 4, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.13.i1.0004>. Acesso em: 10 mar. 2025.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9. ed. São Paulo: Cortez. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Faculdade de Biblioteconomia. Secretária do curso. **Dados de matrícula ativa no período letivo de 2024.4**. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Dados inéditos coletados em pesquisa nacional revelam quem está hoje na maior universidade da Amazônia**. Disponível em: <https://ufpa.br/dados-ineditos-coletados-em-pesquisa-nacional-revelam-quem-esta-hoje-na-maioruniversidade-da-amazonia/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Faculdade de Biblioteconomia. **Projeto Pedagógico do Curso** (PPC). Disponível em: <https://www.biblioteconomia.ufpa.br/index.php/projeto-pedagogico>. Acesso em: 10 mar. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Faculdade de Biblioteconomia. **Resolução nº 01, de 1º de agosto de 2013**. Aprova o Regulamento da Atividade Curricular de Extensão em Biblioteconomia. Disponível em: <https://biblioteconomia.ufpa.br/index.php/orientacao-para-atividade-de-extensao>. Acesso em: 12 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. r
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução nº 3.298, de 7 de março de 2005 – Dispõe sobre atividades de Extensão na Universidade Federal do Pará. 2005. Disponível em: <https://proex.ufpa.br/legislacao/87-resolucao-n-3-298-2005>. Acesso em: 25 jul. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução nº 5.467, de 27 de janeiro de 2022 – Inserção Curricular da Extensão. 2022. Disponível em:

<https://proex.ufpa.br/legislacao/126-resolucao-n-5-467-de-27-de-janeiro-de-2022-insercao-curricular-da-extensao>. Acesso em: 25 jul. 2025.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA. **Manifiesto Liminar de la Reforma Universitaria de 1918**. Córdoba: UNC, 1918. Disponível em: <https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar>. Acesso em: 14 maio 2025.